



**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



## **Habitar é mais que morar: o caso do Jardim Açucena na cidade de Macapá**

**To inhabit is more than to live: the case of Jardim Açucena in the city of Macapá**

***Simone Dias Ferreira**, Mestranda em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá, [simonedias.ferreira@hotmail.com](mailto:simonedias.ferreira@hotmail.com)*

***Antônio da Justa Feijão**, Mestrando em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá, [feijaoamazonia@gmail.com](mailto:feijaoamazonia@gmail.com)*

***José Francisco de Carvalho Ferreira**, Doutor em Geografia e Desenvolvimento Regional, professor na Universidade Federal do Amapá, [zfcofer@gmail.com](mailto:zfcofer@gmail.com)*

***José Alberto Tostes**, Doutor em História e Teoria da Arquitetura, professor na Universidade Federal do Amapá, [tostes.j@hotmail.com](mailto:tostes.j@hotmail.com)*

## RESUMO

Esse estudo foca a construção do conjunto habitacional Jardim Açucena, Macapá-AP, sob as perspectivas do planejamento urbano, do plano diretor e dos programas de habitação do Ministério das Cidades, evidenciando os impactos socioambientais e a pressão urbana gerada sobre a Ressaca Chico Dias. O objetivo é mostrar quais são os impactos socioambientais gerados pela ocupação do conjunto habitacional Jardim Açucena sobre a área da Ressaca Chico Dias e quais os desdobramentos em termos de pressão sobre os equipamentos urbanos da área de entorno. Como suporte conceitual considerou-se a discussão sobre a política habitacional, os impactos socioambientais e a proteção das áreas de relevante interesse ambiental e o planejamento urbano democrático e sustentável. Os resultados assinalam que a ressaca Chico Dias é uma área que vem sofrendo forte antropização. No período de 1985 a 2002, houve modificação drástica do ambiente natural com a construção de moradias irregulares, processo que continuou de 2002 a 2014, quando a ressaca ficou reduzida a uma parcela mínima. A construção de 1500 apartamentos a ser habitados pelo mesmo número de famílias (4,28 pessoas por família) terá reflexos sobre as demandas por equipamentos e serviços públicos para o bairro Novo Buritizal, em especial a área de entorno do conjunto. Os equipamentos urbanos identificados em um raio de 1.700 metros irão sofrer forte impacto pelo aumento da demanda e representar dificuldades para os moradores, como é o caso do transporte coletivo.

Palavras-Chave: urbanização, planejamento urbano, conjunto habitacional, ressaca

## ABSTRACT

This study focuses the construction of Jardim Açucena housing, Macapá-AP, from the perspectives urban planning, master plan and the Ministry of Cities housing programs, highlighting the social and environmental impacts and urban pressure generated on Chico Dias ressaca. The goal is to show what are the environmental and social impacts caused by the occupation of Jardim Açucena housing on the area of Chico Dias ressaca and what are the consequences in terms of pressure on the urban infrastructure of the surrounding area. As conceptual support was considered the discussion on housing policy, the social and environmental impacts and the protection of areas of significant environmental interest as well as the democratic and sustainable urban planning. The results show that Chico Dias ressaca is an area that has suffered strong anthropization. In 1985-2002 period there was a drastic modification of the natural environment taken by human occupation with the construction of illegal houses expanding over the ressaca, process that continued from 2002-2014 when it has been reduced to a minimum portion. The construction of 1500 apartments in Jardim Açucena that will be occupied by the same number of families (4,28 persons per family), will have a direct impact on the demand for equipment and utilities in Novo Buritizal neighborhood in particular the surrounding area. Urban equipment's identified in a distance of 1700 meters of Açucena will have a strong impact from the increase of their demand and represent difficulties for the residents, like is public transportation.

**Keywords:** Urbanization, urban planning, housing set, ressaca.

## INTRODUÇÃO

A cidade é o espaço onde estão presentes os maiores investimentos em termos de capital financeiro e social, é também o lugar onde reside a maior parcela da população, esses fatores fazem com que o capitalismo seja o ator que determina como o espaço urbano vai se organizar em atendimento aos seus interesses.

No Brasil o déficit de habitação é um problema decorrente das características complexas e segregadoras do processo de urbanização, resultante da construção de uma cidade moldada para o atendimento dos interesses do capital. O enfrentamento das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo é o principal problema a ser trabalhado no processo de reorganização do espaço urbano através de um planejamento urbano integrado.

Neste sentido o Estado não foi proativo nas ações de atender suas principais demandas com destaque para a moradia, pois os investimentos em habitação de interesse social serviram apenas para a capitalização de recursos para o setor privado ficando o interesse social suprimido do processo (BONDUKI, 2004).

A reflexão sobre a questão habitacional e a sua relação com os demais instrumentos da política urbana é fundamental para que se compreenda a atual situação do déficit de habitação do país, de modo que se busquem soluções a curto, médio e longo prazo para a melhoria das condições habitacionais da população mais pobre.

Não há dúvidas de que o crescimento urbano gera uma sobrecarga na necessidade de infraestrutura e equipamentos, que por sua vez afetam o funcionamento da cidade como um todo e comprometem a qualidade de vida da população (BONDUKI, 2014).

Alicerçada nas questões apresentada, objetiva-se nesta pesquisa mostrar quais serão os impactos ambientais e sociais gerados pela ocupação do conjunto habitacional Jardim Açucena sobre a área da Ressaca Chico Dias e quais os desdobramentos em termos de pressão sobre os equipamentos urbanos da área de entorno.

A Contribuição dessa abordagem temática consiste na pontuação dos problemas e sua discursão a respeito do direcionamento de estratégias capazes de evitar ou mitigar questões de pressão urbana e geração de novas áreas periféricas no entorno dos conjuntos habitacionais, bem como a expansão de ocupação irregular em área de ressaca.

A inquietação que norteou o desenvolvimento do estudo consiste na reflexão sobre quais os impactos gerados pelo modelo de habitação no formato do conjunto habitacional Jardim Açucena para a cidade de Macapá e quais as consequências para a ressaca Chico Dias.

## PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL

Os países em desenvolvimento na primeira metade do século XX tiveram um crescimento urbano vertiginoso que os tornou predominantemente urbanizados. O Brasil na década de 1960 foi marcado pela inflexão nas dinâmicas demográfica, territorial e econômica do país, com a mudança radical entre um país rural e agroexportador para um país urbano e que se industrializava

rapidamente, atraindo para os centros urbanos um contingente populacional grandioso fato que resultou na ocupação do espaço de forma desorganizada.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informam que em 1970 o total da população residindo na área urbana era de 56%, no ano de 2000, esse percentual aumentou para 81% da população estimada em 170 milhões. A explosão demográfica em áreas urbanas gerou uma série de demandas de infraestrutura e de planejamento urbano.

Segundo Monter-Mór (2006) a configuração urbana das cidades brasileiras foi influenciada por várias correntes urbanistas com prevalência da vertente progressista. Houve várias cidades que se constituíram a partir de um modelo urbanístico subordinado a lógica da produtiva industrial do período que hierarquizou os espaços urbanos de forma rígida.

Harvey (2014) explica que a cidade é moldada pelas necessidades particulares de uma pequena elite política e econômica e que, portanto, surgem de um processo de urbanização com concentração geográfica e social de um excedente de produção.

A cidade se constituiu na periferia do capitalismo na industrialização com baixos salários que correspondeu à urbanização dos baixos salários (MARICATO, 2015). O modelo de desenvolvimento produziu uma tipologia de cidade marcada pela segregação espacial com a presença de assentamentos precários, assinalado pela informalidade e ilegalidade fundiária, precárias condições de habitação, infraestrutura e transporte, e ainda carente de equipamentos e serviços urbanos.

Nesta perspectiva, a urbanização brasileira se desdobrou com forte pressão sobre o solo, os equipamentos e os serviços urbanos de cidades que não tinham condições imediatas de atendimento às demandas sociais impostas. Cidades que, na realidade, já materializavam as desigualdades espaciais agregando as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais (MARICATO, 2015).

As desigualdades espaciais criaram, por um lado, áreas privilegiadas, com parâmetros urbanísticos e oferecimento de equipamentos e serviços urbanos comparáveis aos países de economia mais desenvolvida. De outro, zonas entregues à violência e ao descaso dos gestores públicos. Um verdadeiro paradoxo concreto entre uma cidade legal e uma cidade ilegal que, muitas vezes, se vizinham no território.

Para Ferrari Júnior (2004) o contraditório no aspecto do planejamento está na forma como as cidades brasileiras se configuraram restringindo o planejamento urbano a um planejamento do território, preocupado fundamentalmente com o desenho urbanístico, com o uso do solo e com as densidades da ocupação de modo a supervalorizar a estrutura física reproduzindo uma forma de gestão míope e imediatista em detrimento ao planejamento forte que atende as necessidades da maioria dos habitantes.

Considerando a lógica do pensamento sistêmico de Barcellos e Barcellos (2004) o planejamento urbano deve consistir na utilização dos diversos saberes e pensamento da construção coletiva que leva em conta a individualidade como sendo a pequena parte do conhecimento que forma o todo e concomitantemente é embasado no viver cotidiano de todos que fazem parte do sistema e a inter-relação das variáveis socioeconômicas, políticas, tecnológicas e culturais.

O planejamento feito de forma sistêmica possibilita a ampliação de estudos com foco na resolução dos problemas existentes gerados pela dinâmica das cidades. No ambiente urbano surgem barreiras a sua implementação, como a falta de instrumentos legais para a regulamentação das ações e o consenso entre o interesse da iniciativa privada, o poder público e as necessidades dos habitantes. Neste sentido o planejamento deve ser compreendido como um processo, ou seja, algo contínuo, dinâmico, multidisciplinar e integrador das diversas áreas envolvidas (BARCELLOS; BARCELLOS, 2004).

Santos (2004) explica que o planejamento urbano é o instrumento adequado para propor a organização do espaço de modo a torná-lo mais digno aos seus ocupantes. Porém, na prática, sabe-se que o planejamento urbano pensado para as cidades brasileiras não articulou ações com as políticas públicas de habitação, transporte, saneamento básico, acessibilidade, educação, saúde e outros. Em verdade, mais que resolver as questões postas pela urbanização acelerada, essas ações apenas favoreceram o capital privado de despolitizar as demandas sob a tutela da racionalidade técnica, sem levar em conta os determinantes políticos, sociais, econômicos e culturais.

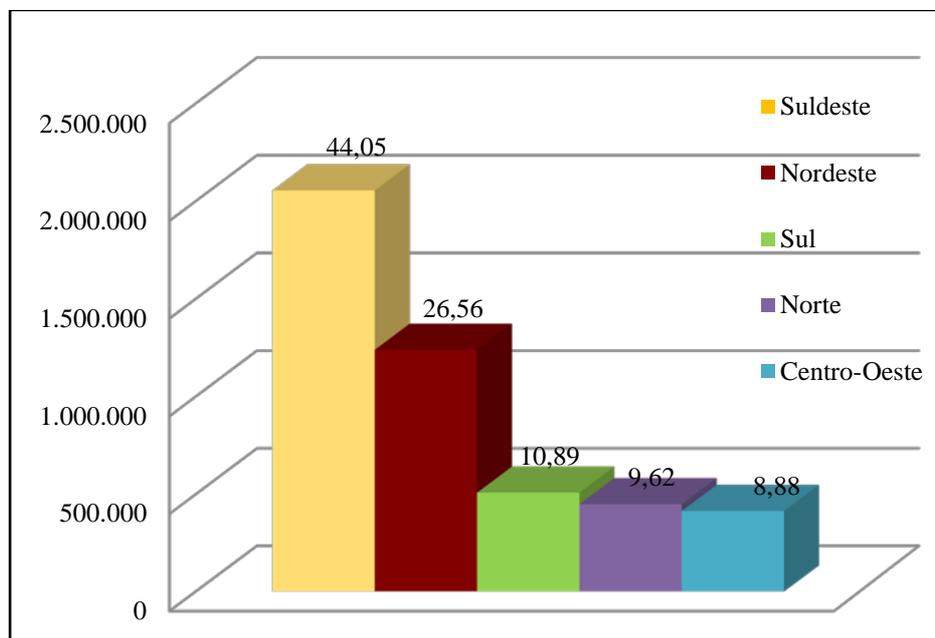
Além disto, nota-se que o processo de metamorfose das cidades brasileiras possui relações de causa e efeito com as carências históricas de acesso a moradia, especialmente pela parcela mais pobre da população. A informalidade e a precariedade das condições de moradia são um problema antigo de nossas cidades.

Bonduki (2004) esclarece que o Estado não foi proativo nas ações de atender as demandas de moradias, pois a primeira intervenção em se tratando de habitação social consistiu na concessão de isenções de impostos para importação de materiais empregados em construções de vilas, ressaltando que os investimentos em habitação serviram apenas para a capitalização ficando o interesse social privado do processo.

Em síntese, a reflexão sobre a questão habitacional e a sua relação com os demais instrumentos da política urbana é fundamental para que se compreenda a atual situação do déficit de habitação do país, de modo que se busquem soluções a curto, médio e longo prazo para a melhoria das condições habitacionais da população mais pobre.

Essa não será uma tarefa fácil ao consideramos os atuais números correspondentes ao déficit habitacional no Brasil. Em consonância com o relatório do Déficit habitacional no Brasil 2011-2012, elaborado pela Fundação João Pinheiro (2015), estimou-se que em 2012 no país existiam 5,430 milhões de domicílios, sendo 4,664 milhões, ou 85,9%, estão localizados nas áreas urbanas. Comparando as regiões geográficas unidades da federação, o Sudeste se destaca com 44,05% do total de déficit habitacional do país, seguido por Nordeste com 26,56%, com números menores estão Sul 10,89%, Norte 9,68% e Centro-Oeste 8,88% (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Déficit habitacional total por situação do domicílio urbano, segundo regiões geográficas unidades da federação - Brasil -2012 (%).



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2015. Elaborado pelos autores, 2016.

Esses números alarmantes de déficit habitacional sem dúvida tem relação com uma deficiência histórica de acesso à moradia pela população mais pobre, visto que a informalidade e a precariedade das condições de habitação não são um problema recente do país. Tal realidade vai de encontro às normas da política urbana e do direito à cidade, a exemplo, princípio do direito à moradia como um direito social promulgada pela Constituição da República Federativa de 1988.

As distorções do espaço urbano gerados pela pressão por habitação fragiliza o planejamento urbano no cumprimento dos princípios da função social da cidade e da propriedade urbana, gestão democrática e sustentável da cidade (ESTATUTO DA CIDADE – Lei 10.257/2001).

As políticas estabelecidas na Carta Mundial pelo Direito à cidade através de seu artigo XIV condiciona que as cidades devem facilitar uma oferta adequada de habitação e equipamentos urbanos a todos os cidadãos, bem como garantir prioridade aos grupos vulneráveis nas políticas e programas de habitação com vistas ao melhoramento de bairros precários e ocupações informais. No âmbito nacional os marcos mais recentes que definem os caminhos institucionais para a provisão de habitação no Brasil está apresentada a seguir.

Quadro 1 – Marco institucional recente para provisão de habitação no Brasil no âmbito federal.

MARCO INSTUCIONAL	CONTEÚDO	ANO
Lei 10.257 Estatuto da Cidade	Normatizou a função social da cidade e da propriedade urbana, apresenta o direito à moradia como princípio do direito à cidade sustentável.	2001
Ministério das Cidades	Combater as desigualdades sociais com destaque para a ampliação do acesso à moradia pela população.	2003
Política Nacional de Habitação (PNH) e Sistema Nacional de Habitação (SNH)	PNH - Propõe a universalização do acesso à moradia digna. SNH - Avalia e Monitora a Habitação, e o Plano Nacional de Habitação.	2004
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e Programa Crédito Solidário	Fomenta e apoia à produção autogestionária da habitação.	2004
Lei federal 11.124 Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).	Regulamenta a criação do SNHIS.	2005
Plano Nacional de Habitação (PlanHab)	Apresenta formas de atendimento habitacional adequadas a distintos contextos urbanos e regionais. Institui o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).	2009

Fonte: Relatório brasileiro para o Habitat. ConCidades, IPEA, 2016. Adaptações: autores, 2016.

A trajetória das políticas públicas para promoção da habitação no Brasil recentemente passou por um processo de definições das ações iniciadas em 2001 com o Estatuto da Cidade, 2003 criação do Ministério das Cidades, em 2004 com a instituição da PNH e sequencialmente com as demais ações descritas no quadro 1, o que indica que os gestores admitem que o déficit da habitação se configura num problema de ordem estrutural e evidência a pretensão da política em articular ações para o atendimento da atual demanda existente.

De acordo com o Ministério das Cidades (2004) na perspectiva da sustentabilidade urbana o acesso à moradia adequada necessita da construção de uma política habitacional com foco na integração urbana principalmente no que diz respeito aos assentamentos precários e o combate à pobreza.

Na realidade o dilema da habitação se desdobra na pouca qualidade habitacional e nos impactos sociais e ambientais gerados, pois se trata de um déficit em milhões de unidades que necessitam ser construídas. No atual panorama o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal foi elaborado com a finalidade de produzir moradias para atender a essa demanda populacional (GOMES, 2013).

Porém, o PMCMV apesar de constituir uma modalidade de ocupação formal e legal, acaba transformando os conjuntos habitacionais construídos em espaços segregados assemelhando-se ao formato de ocupação informal, que promulga um modelo de política de habitação que não caracteriza a moradia como um direito fundamental autônomo com promoção de inclusão social (MATRODI; ZACCARA, 2016).

Portanto, consideramos que o PMCMV, apesar de ter representado certos avanços na redução do déficit por habitação em termos numéricos, não efetiva concretamente o direito à moradia digna,

assim, entende-se que a política habitacional adotada não reduz a pressão urbana e as ocupações informais, conforme será pautado nas discussões que se seguem.

## **A RELAÇÃO ENTRE CIDADE, DESENVOLVIMENTO E PRESSÃO URBANA NAS ÁREAS ÚMIDAS**

Historicamente as cidades representam o espaço onde o processo de desenvolvimento se consolidou. Conforme esclarece Barquero (2001) foi na cidade que ocorreram as transformações do sistema econômico, produtivo e institucional, fato que caracterizou a cidade como o lugar estratégico tanto para o desenvolvimento econômico como para a evolução das sociedades.

As cidades propiciam a geração de externalidades, favorecem a diversidade da produção, fomentam a interação e a formação de redes, criam locais de encontro entre todos os tipos de atores e incentivam os processos de inovação (BARQUERO, 2001 p. 152).

A cidade é o espaço onde estão presentes os maiores investimentos em termos de capital financeiro e social, é também o lugar onde reside a maior parcela da população, esses fatores fazem com que o capitalismo seja o ator que determina como o espaço urbano vai se organizar em atendimento aos seus interesses.

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1989 p.36).

Dessa forma fica evidente que o desenvolvimento da urbanização e a construção do espaço urbano sempre estiveram vinculados ou foram resultados do processo de desenvolvimento econômico.

Seguido tal linha de pensamento, podemos inferir que a revolução industrial marca a dominação do capital sobre o espaço urbano, pois o desenvolvimento da urbanização esteve condicionado à economia do capitalismo. Para Maricato (2015 p.22) o capital busca sempre moldar o ambiente urbano as suas necessidades.

Barqueiro (2001 p.161) afirma que os espaços industriais da atualidade apontam para novos caminhos no processo de desenvolvimento e urbanização. Em suma, isso significa que os novos cenários de produção em escalas globais que antes centralizam o sistema produtivo em determinadas regiões agora estão buscando novos espaços industriais.

Conjuntamente tal cenário nos remete a urgência em adotar melhores estratégias de desenvolvimento das cidades por estas continuarem sendo o espaço de consolidação e evolução das economias.

No Brasil o déficit de habitação é um problema decorrente das características complexas e segregadoras do processo de urbanização, resultante da construção de uma cidade moldada para o atendimento dos interesses do capital, conforme mostra a literatura aqui apresentada.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informam que em 1970 o total da população residindo na área urbana era de 56%, no ano de 2015, esse percentual aumentou para

83% da população estimada em 204,5 milhões. A explosão demográfica em áreas urbanas gerou uma série de demandas de infraestrutura e de planejamento urbano, com ênfase maior para as questões de moradia.

O acelerado crescimento urbano, sem infraestrutura e marcado pela segregação do espaço gerou forte pressão sobre solo e a forma como este foi ocupado ocasionou o preenchimento pela população das áreas de relevante interesse ambiental como exemplo, as áreas úmidas. Para Tostes e Ferreira (2016) a ocupação de áreas úmidas geram problemas de natureza urbana e ambiental, além de representarem uma forma de ocupação com condições precárias de moradia.

Considerando a moradia digna como um direito humano fundamental, tem-se que habitar uma área de ressaca está muito longe do que se considera digno, pois nestas áreas são carentes de instrumentos básicos, tais como: rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto, coleta regular de resíduos, espaço com mínimo de mobilidade e sem a garantia de acessibilidade entre outros. Neste sentido entendemos que habitar é mais que morar reflexão esta que será aprofundada no tópico a seguir.

## HABITAR É MAIS QUE MORAR

A moradia é o espaço onde o indivíduo passa a existir, lugar de abrigo e de realização de diferentes funcionamentos que desperta na pessoa o sentimento de pertencimento (BRANDÃO, 2002). Portanto, podemos entender habitar como ato que vai além da simples representação de delimitação do espaço residido.

Habitar não significa somente ter uma residência, mas sim representa uma ação que traduz o homem no seu modo de relacionar-se com o mundo e como ele se sente em relação às diversas possibilidades de ser em determinado espaço, ou seja, é a própria condição na qual este se encontra no mundo (HEIDEGGER, 2002). Habitar é mais que morar pode ser compreendido como a amplitude das relações do homem no espaço onde reside, enxergando-o a partir da construtiva de sua interação com o lugar onde vive.

Para Tostes (2016) o conceito de habitar na atual conjuntura da política de habitação do Brasil está restrita a ideia de casa como moradia. Tal fator fomenta a reprodução de um formato de habitação que aglutina e amontoa as pessoas em espaços mínimos com reduzida área de integração. Um modelo com ausência de espaço público; situação alheia ao entorno; carências de mobiliário urbano; desconsideração sobre os índices de trabalho informal; condições alheias à cultura local.

De acordo com Bonduki (2004) foram os governos desenvolvimentistas que estimularam a criação de soluções habitacionais de baixo custo. Isso explica por que o modelo de financiamento da Caixa Econômica Federal é matemático, ou seja, inscreve os moradores sobre área disponível com maior eficácia de moradias.

Os mecanismos institucionais no Brasil desconsideram na formulação e definição de políticas públicas para a área de habitação a realidade das cidades amazônicas, fato que mostra que os agentes financiadores negam a necessidade de adaptação do direito à cidade no ambiente urbano na Amazônia que sofre com a violenta imposição dos modelos que vem sendo implementado em todo território nacional (TOSTES, 2014).

Na visão do autor essas questões são difíceis de serem superadas, haja vista que os modelos são fechados e não se faz qualquer tipo de adequação diante das necessidades e peculiaridades locais do verdadeiro significado de habitar para a população amazônica.

Os agentes financiadores não admitem em hipótese alguma, financiar imóveis construídos com estrutura de madeira, ou de composição mista entre madeira e alvenaria, este ponto, contribui para que o ambiente amazônico vinculado às áreas úmidas, rios, igos e igarapés venham sendo descaracterizados gradualmente ao longo das últimas décadas. As casas de palafitas vêm sendo substituídas proporcionalmente pela oferta de habitação dentro dos moldes dos programas do “PAC e do Minha Casa Minha Vida”, propostas com baixíssimas qualidades e de caráter duvidoso, onde o maior interesse é construir em grande quantidade para atender as grandes empreiteiras do Brasil (TOSTES, 2014 p.81-82).

Portanto, deixa-se de lado o real sentido de habitar para reproduzir apenas numerosas moradias atendendo aquilo que Ferreira e Biasotto (2012) chamam de patrimonialismo urbano que se origina da colisão mercantil da acumulação urbana, sustentado pelas empreiteiras de obras públicas, concessionárias dos serviços públicos, representadas pelo setor de transporte coletivo e o setor do mercado imobiliário.

Neste contexto, o modelo nacional de política habitacional que hoje vigora deverá sofrer novos ajustes e novos critérios de escolhas, escalas dos imóveis e moradias e tempo de inclusão dos moradores nos novos espaços a serem resididos. Há que se incluir, entre muitas condicionantes, uma de valoração quanto ao item habitar, ou seja, o projeto tem que se submeter mais a adequação valoração social do que a fúria capitalista de ganhar muitas vantagens e dinheiro na escolha locacional da área para construção da unidade habitacional.

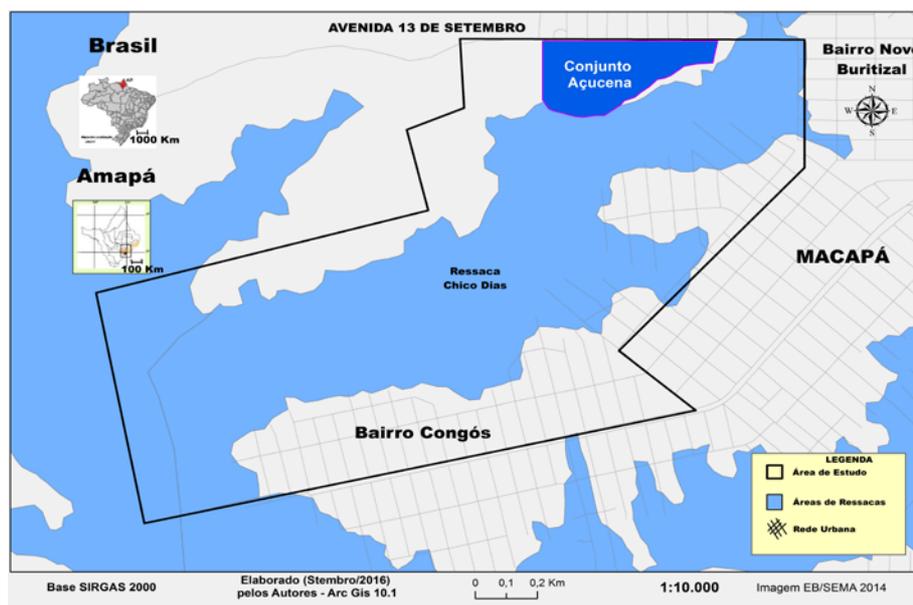
## MATERIAIS E MÉTODO

Considerando o alcance dos objetivos do estudo, será realizada uma pesquisa qualitativa e um estudo de caso. De acordo com Pradanov e Freitas (2013) do ponto de vista da forma de abordagem do problema a pesquisa qualitativa permite que o pesquisador mantenha contato direto tanto com o ambiente quanto com o objeto de estudo em questão.

Nas palavras dos autores: “Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto” (PRADANOV; FREITAS, 2013 p.70). Já o estudo de caso pode ser caracterizado pelo estudo profundo de um objeto de modo a possibilitar seu conhecimento amplo e detalhado com o propósito de descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação (GIL, 2008 p.58).

A área de estudo compreende o espaço do Conjunto Habitacional Jardim Açucena localizado na Zona Sul de Macapá no bairro Novo Buritizal bem como abrange a maior parcela da área de Ressaca conforme ilustra o mapa 1.

Mapa 1 – Imagem de localização Conjunto Jardim Açucena e Ressaca Chico Dias em Macapá.



Fonte: SEMA, 2014/base SIRGAS, 2000. Elaboração: autores, 2016.

De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população do bairro Novo Buritizal é de 23.975 habitantes, com média de 3,4 moradores por domicílio e uma proporção de ocupação de 94% destes domicílios. A ressaca Chico Dias de acordo com estudos realizados por Santos Filho (2011) espacialmente possui uma área de 1.148.594 m<sup>2</sup>, dos quais 81,61% de vegetação e água, 14,72% de área habitada, 3,20% de solo exposto e 0,11% de rua com asfalto.

A pesquisa foi estruturada inicialmente a partir de fundamentação teórica com pesquisa bibliográfica, que buscou na literatura autores que discutem o processo de produção do espaço nas cidades (MARICATO, 2015; HARVEY, 2014; MONTER-MOR, 2006), o planejamento urbano (FERRARI JÚNIOR, 2006; BARCELLOS & BARCELLOS, 2004), habitação de interesse social, déficit habitacional no Brasil e política de habitacional (BONDUKI, 2004; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015; GOMES, 2013), as áreas de ressaca na Amazônia e em Macapá (SANTOS FILHO, 2011; TOSTES & FERREIRA, 2016) e demais publicações dos órgãos oficiais (IBGE e IPEA).

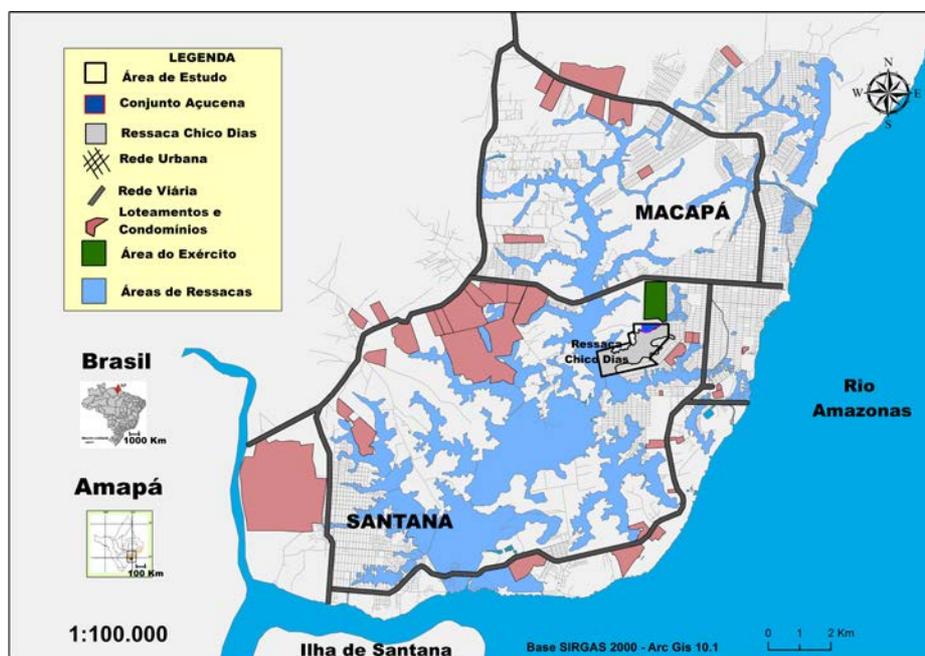
Também foram analisados os atos individuais de planejamento urbano e as seguintes legislações gerais: a Constituição Federal; o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), Carta Mundial de Direito à Cidade, a preservação de áreas de ressaca (Lei municipal 030/2004) e o plano diretor de Macapá (LC 26/04).

Na última etapa foi feita uma análise espacial com a utilização *software Arcgis 10.1*, da Imagem Geoeye set/2014, a qual foi disponibilizada pela Secretária de Meio Ambiente do Amapá (SEMA) e dos arquivos (formato shapefile) do mapa de macrozoneamento urbano do Plano Diretor. As imagens passaram por tratamento de georreferenciamento utilizando-se da ferramenta de geoprocessamento, o qual permitiu a construção dos mapas da área de estudo, do processo de ocupação e modificação da ressaca Chico Dias e o mapa da malha urbana no entorno do conjunto Açucena com a identificação dos serviços urbanos disponíveis a população.

## 5. Resultados

Na forma como se apresenta no programa Minha Casa Minha Vida aplicado ao Conjunto Jardim Açucena em Macapá, pode-se concluir que esse modelo de adensamento urbano imposto pela política nacional de habitação não garante qualidade de vida às famílias. Em se tratando de localização o Açucena foge a regra das construções de conjuntos habitacionais afastados dos centros urbanos, pois conforme se constata no mapa 2 este conjunto encontra-se em área privilegiada ao considerarmos sua proximidade com outros condomínios formadores de uma rede de loteamentos, além do protagonismo de avizinhar-se com a área do 34º Batalhão de Infantaria de Selva do exército brasileiro (base da cidade de Macapá) tendo por limite a área de ressaca Chico Dias.

Mapa 2 – Manha urbana da cidade de Macapá e a identificação do Conjunto Jardim Açucena.



Fonte: SEMA, 2014/base SIRGAS, 2000. Elaboração: autores, 2016.

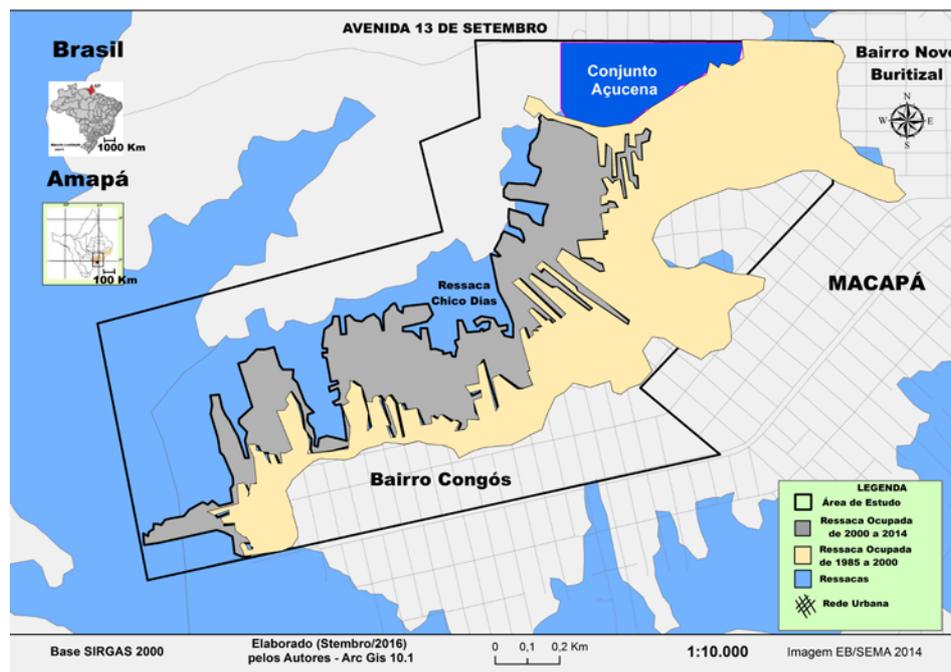
O Conjunto Açucena fica materialmente bem servido em termos de localização, no entanto, o que se pode observar com a pesquisa é que o problema dos novos conjuntos habitacionais não está na distância em relação ao centro da cidade. No caso do Açucena a questão é como 1500 apartamentos que irá acomodar um número de aproximadamente 9000 pessoas numa área de 200m por 500m o que representa uma contração de 9000hab por 0,1Km<sup>2</sup>?

Mesmos para os padrões de moradia urbana dos bairros de Macapá temos um número de 210 casas utilizando uma mesma razão de ocupantes por moradia 1050 Hab. Fazendo a mesma proporção das casas no bairro subnormal da Ressaca Chico dias temos um total de 300 casas o que representa, mantendo-se a mesma razão de 5 habitantes por moradia um total de 1500 hab sendo este número 6 vezes maior que uma ocupação subnormal em área úmida.

A ressaca Chico Dias é uma área que vem sofrendo forte antropização, conforme pode ser observado no mapa 3 no período de 1985 a 2000 houve modificação drástica do ambiente natural

tomado pela ocupação humana com a construção de moradias irregulares se expandindo sobre a ressaca, esse processo de degradação ambiental e descaracterização da ressaca continuam avançando, pois de 2000 a 2014 tem-se outro recorte significativo de ocupação reduzindo a ressaca a uma parcela mínima. A área que comporta a construção do conjunto habitacional Jardim Açucena encontra-se no limite entre a parte da ressaca já ocupada e a faixa verde ainda não ocupada.

Mapa 3 – Ocupações informais na ressaca Chico Dias no período de 1985 a 2014.



Fonte: SEMA, 2014/base SIRGAS, 2000. Elaboração: autores, 2016.

Considerando que o projeto Açucena visa à construção de 1500 apartamentos que irão ser habitados pelo mesmo número de famílias. Torna-se incontestável os reflexos diretos acometidos sobre as demandas por equipamentos e serviços públicos para o bairro Novo Buritizal em especial a área de entorno do conjunto, assim como, é provável que as ações humanas tendem a degradar ainda mais a ressaca Chico Dias.

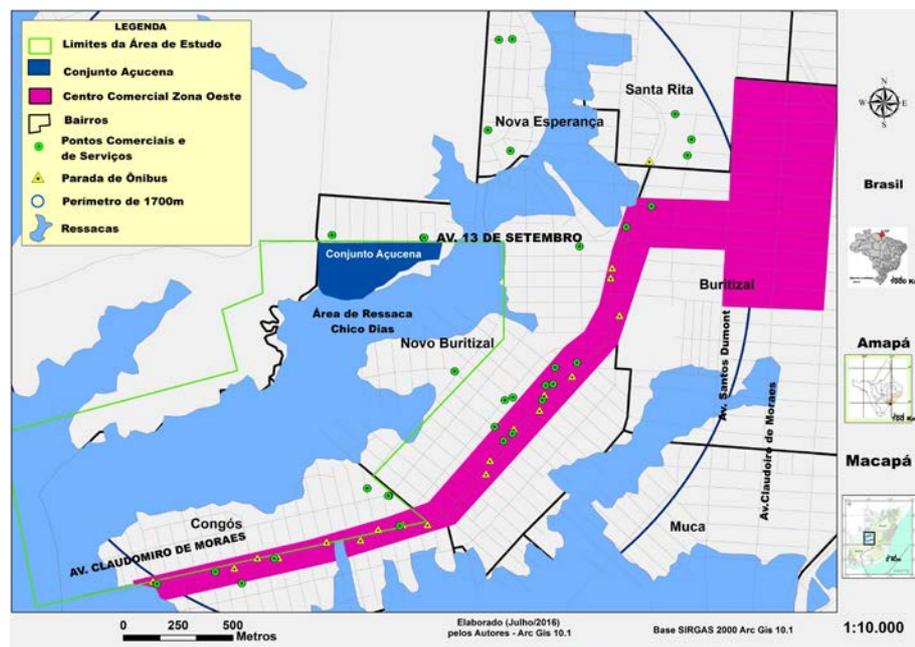
No Plano Diretor de Macapá as áreas úmidas encontram-se na Subzona de Proteção Especial (SPE). A normativa estabelece à restrição a ocupação nas áreas de ressaca (Art. 69 § III), porém analisando o avanço na ocupação da ressaca Chico Dias de 2002 a 2014 tem-se a confirmação da ineficácia do que está disposto na Lei, tanto no sentido da proteção das áreas que possuem relevância ambiental, como pela não organização do espaço destinados a outros interesses como as Subzonas Prioritárias para a Implantação de Infraestrutura Urbana – SPIU.

Gera certa estranheza constatar que a construção do conjunto habitacional Jardim Açucena tem seu limite territorial na área delimitada pelo Plano Diretor como sendo SPE e não está sendo construído, por exemplo, em uma área de SPIU constantes no plano. Sobre a demanda por equipamentos e serviços nota-se que os equipamentos urbanos identificados em um raio de 1.700 metros de área de entorno do Açucena irão sofrer forte impacto pelo aumento da demanda e ao

mesmo tempo irão representar dificuldades para os moradores que necessitarem de serviços básicos como o transporte coletivo (Mapa 3).

As paradas de ônibus, por exemplo, existem apenas em uma das vias centrais do bairro na Av. Claudomiro de Moraes, fato que representa um deslocamento longo dos moradores até esses pontos e por ser considerada uma área com pontos sensíveis de violência: tráfico de drogas, assaltos, pontos de prostituição e presença de usuários de drogas nas ruas, os moradores ficarão expostos a todas estas externalidades negativas.

Mapa 3 – Mapeamento dos equipamentos e serviços disponíveis no perímetro de 1700m do conjunto Açucena.



Fonte: Base SIRGAS 200 e pesquisa de campo. Elaboração: autores, 2016.

Outro aspecto identificado foi a ausência de área de convivência e de lazer sendo detectada no raio estabelecido, apenas uma praça no bairro Nova Esperança considerada a mais próxima. Escolas e creches também representam equipamentos a serem demandados e as poucas existentes comportam de forma precária o atendimento das necessidades da atual população e no caso das creches constata-se a existência de um déficit na prestação desse serviço.

Destaca-se também a pressão sobre os postos de saúde e de atendimento policial. Ressaltando que a população do Conjunto Açucena somada com a população do Conjunto São José localizado no eixo da Avenida Claudomiro de Moraes e toda a demanda já existente pela população dos dois bairros Buritizal e Novo Buritizal pode representar um stress nos pontos de atendimento prestadores dos serviços de saúde e segurança pública desta localidade.

Do ponto vista comercial a nova população do conjunto pode representar o fortalecimento da rede comercial já existente e ampliação da rede de serviços para outras atividades, porém poderá simultaneamente fomentar as atividades informais haja vista que a própria população leva consigo

as atividades que já executavam nos seus locais de origem como pequenas vendas, mini comércios e outros.

Observa-se que o projeto Jardim Açucena ao ser analisado do ponto de vista do planejamento urbano e ambiental vai desencadear uma série pressões socioambientais que podem em longo prazo representar um desafio para a gestão municipal no sentido de garantir a qualidade do ambiente urbano para tal localidade.

Áreas de ressaca são caracterizadas no artigo 5º § 4º por áreas que se comportam como reservatórios naturais de água, apresentando um ecossistema rico e singular e que sofrem a influência das marés e das chuvas de forma temporária. Um dos objetivos do plano diretor é a proteção ambiental das ressacas, evitando a ocupação por usos e atividades que venham a causar sua degradação.

A construção do conjunto Jardim Açucena isola uma parte da ressaca Chico Dias e ao mesmo tempo nega a função paisagística de uma área verde localizada dentro do perímetro urbano de Macapá, bem como sua função na regulação micro climática da cidade, porém essa paisagem já foi modificada pela ocupação humana e a instalação do Açucena representa perda de boa parcela dessa função ecológica desempenhada pela ressaca, pois a construção forma uma parede de isolamento entra a cidade e essa área verde (Figura 1 e 2).

*Figura 1 – Foto da área antes de iniciada as obras do projeto Jardim Açucena.*

*Figura 2 – Foto da área depois de iniciada as obras do projeto Jardim Açucena.*



*Fonte: Registro aéreo e pesquisa de campo dos autores: Elaboração: os autores, 2016.*

*Fonte: Registro aéreo e pesquisa de campo dos autores: Elaboração: os autores, 2016.*

Tal constatação vai de encontro ao disposto na lei municipal 030 de 2004 que trata sobre o parcelamento do solo urbano de Macapá na qual está previsto que deve ser evitado sempre possível à fragmentação da cobertura vegetal das áreas de ressaca. O que está posto tanto no plano diretor quanto na lei de uso e ocupação do solo não foi considerado no planejamento e escolha do local de construção do conjunto Jardim Açucena, isso é fato.

O plano diretor de Macapá considera as áreas de ressaca como sendo prioritárias quanto à proteção por representarem áreas com maior fragilidade ambiental por isso prevê recuperação progressiva das ressacas ocupadas, com reassentamento progressivo das famílias que as habitam,

prioridade na proteção das ressacas não ocupadas com a preservação do cinturão de área verde nas suas margens.

O modelo dos conjuntos habitacionais que estão sendo construídos em Macapá assim como, o Açucena são projetos arquitetônicos pensados dentro de uma política urbana que entende habitação apenas na perspectiva do lote construído e na quantidade de moradias postas no mesmo espaço, não se pensa em habitação de interesse social de forma qualitativa no formato de condomínios que dialoguem com a cidade, que integrem ao invés de fragmentar o espaço urbano ainda mais.

Habitar com qualidade significa ter garantido acesso a todos os equipamentos urbanos necessários ao bem estar social. O desenvolvimento da cidade e a construção de habitações perpassam também pelo planejamento de uma rede urbana conectada onde a dinâmica de reorganização do espaço seja pautado no princípio da cidade sustentável.

Dessa forma, não é por falta de regulamento ou norma que as ressacas de Macapá não estão devidamente sendo protegidas, mas sim pela adoção de um modelo de planejamento com políticas públicas de habitação de interesse social que não tem por prerrogativa a cidade sustentável e reprodução de um ambiente urbano sadio e ecologicamente equilibrado.

A gestão municipal de Macapá tem necessidade de controlar o processo de expansão e desenvolvimento urbano, em grande parte agravado pelo recorrente padrão de urbanização que se configura atualmente em seu perímetro urbano. Por isso um dos maiores desafios para o planejamento urbano desse município é ordenar a cidade e melhorá-la mesmo diante de um cenário desfavorável onde se configura uma cidade cheia de tensões sociais e ambientes desiguais.

Assim, o município precisa considerar na sua gestão os interesses coletivos difusos que norteiam a construção do espaço urbano de forma que a urbanização tenha como premissa o desenvolvimento das cidades sustentáveis. A cidade na perspectiva da sustentabilidade deve focar-se no enfrentamento de sua questão mais desafiadora que seria o melhor ordenamento de seu espaço com vista a tonar a cidade um ambiente de reprodução do bem estar social com proteção dos recursos naturais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A reprodução de imensos conjuntos habitacionais, neste caso específico do Jardim Açucena mesmo em uma área consolidada, não é capaz de reduzir a segregação urbana. Tampouco, diminui as pressões urbanas sobre o ambiente natural e os equipamentos urbanos. A visão restrita da ideia somente de moradia acentua a gravidade de sérios danos ambientais e com consequências graves para a estrutura urbana da cidade de Macapá.

O projeto de habitação de interesse social colocado em prática não tem por prerrogativa a cidade sustentável e a reprodução de um ambiente urbano sadio e ecologicamente equilibrado. Contraditoriamente os efeitos são danosos, se levamos em conta a falta de integração com outras políticas urbanas. No caso da cidade de Macapá ainda é mais agravante por conta da existência de um “corpo hídrico” que entrelaça os rios, lagos, igarapés e as áreas úmidas denominadas de ressacas.

## Referências

- BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento Endógeno em Templos de Globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- BARCELLOS, Paulo Fernando Pinto; BRACELLOS, Luiz Fernando Pinto. Planejamento urbano sob perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e a preocupação ambiental. **Revista da FAE**. Curitiba, v.7, n.1, jan./jun. 2004, p.129-144.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade**. Regulamenta os Artigos. 182 e 183 da Constituição Federal.
- BRANDÃO, Ludmila Lima. **A casa subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- \_\_\_\_\_. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Revista do centro de Ciências naturais e Exatas – UFSCM**. v. 36 n.2, mai-ago. 2014, p. 201-213.
- CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE. **Documento produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico**, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- FERRARI JÚNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, v.2, n.1, jun. 2004, p.15-28.
- FERREIRA, Regina Fátima C. F.; BIASOTTO, Rosane Coreixas Biasotto (Org.). **Políticas públicas e direito à cidade: política habitacional e o direito à moradia digna: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2011-2012**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Maiara da Silva. Espaço e território usado em uma política habitacional. In: STEINBERG, Marília (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler editora, 2013.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.
- HEIDEGGER, Martin. **Construir, Habitar, Pensar**. In: Ensaios e Conferências. (trad.) Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes. 2ª ed. 2002.
- INSTITUTO DE PESQUISA E STATÍSTICA APLICADA - IPEA. **Relatório brasileiro para o Habitat**. Brasília: ConCidades, IPEA, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Censo Demográfico 2010. Brasília: IBGE, 2010.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MATRODI, Josué; ZACCARA, Suzana Maria Loureiro Silveira. O que é o objeto “moradia” do programa minha casa minha vida? **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n, 3, 2016, p. 859-885.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das cidades, 2004.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ & CROCCO (eds.). *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes* (pp. 61-85). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SANTOS FILHO, Herondino dos. Mapeamento e classificação das áreas de ressaca na região metropolitana de Macapá-AP utilizando imagens do satélite CBERS-2B. 141 f. Dissertação (Mestrado em Modelagem Matemática e Computacional) – Centro Federal de Educação e Tecnologia de Minas Gerais. Belo Horizonte: CEFET/MG, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TOSTES, José Alberto; FERREIRA, Simone Dias. As fragilidades urbanas e ambientais de áreas de ressacas na Amazônia. In: **Anais do IV ENAPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Arquitetura e urbanismo**. Porto Alegre: ENAPARQ, 2016.

TOSTES, José Alberto. **Habitar é mais amplo que morar**. Disponível em: <<http://josealbertostes.blogspot.com.br/2016/11/habitar-e-mais-amplo-que-morar.html>>. Acesso em: 29 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Pensar a cidade**. João Pessoa: Sal da Terra, 2014.